
**A UNIÃO EUROPEIA OCIDENTAL:
SINOPSE HISTÓRICA E DEVIR EXISTENCIAL**

José Manuel da Costa Arsénio

A UNIÃO EUROPEIA OCIDENTAL: SINOPSE HISTÓRICA E DEVIR EXISTENCIAL

SUMÁRIO

1. *GÊNESE E EVOLUÇÃO ESTRUTURAL*
2. *A REVITALIZAÇÃO DA UEO*
3. *A UEO NO QUADRO MULTILATERAL DA SEGURANÇA OCIDENTAL EUROPEIA*
4. *PERSPECTIVAS DE ALARGAMENTO E A RECENTE ADESAO DE PORTUGAL*

1. *GÊNESE E EVOLUÇÃO ESTRUTURAL*

As origens da União Europeia Ocidental (UEO) assentam no Tratado de Bruxelas, assinado em 17 de Março de 1948 pelos países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), a França e a Grã-Bretanha, tendo em vista uma colaboração económica, social e cultural, bem como um objectivo de defesa comum, nos termos do Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, no sentido de poder ser detida uma eventual retomada da política de agressão da Alemanha, tendo em mente, por outro lado, o estabelecimento de um sistema defensivo contra a hegemonia soviética no Bloco Leste.

O Tratado, com uma duração de 50 anos, previa, no âmbito da sua organização — mais vulgarmente conhecida por União Ocidental —, a criação de um órgão supremo, o Conselho Consultivo, que incluía os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos cinco países membros.

Em Setembro de 1948 foi criado um órgão militar, a Organização de Defesa da União Ocidental, com um Estado-Maior presidido pelo General Montgomery e integrado pelos três Comandantes das forças navais, terrestres e aéreas.

A breve trecho, porém, a Organização do Tratado de Bruxelas se revelou insuficiente para assegurar, por si só, a defesa do Ocidente, o que veio demonstrar à evidência a necessidade de uma maior abrangência geoestratégica à escala atlântica, envolvendo os Estados Unidos da América. Tal insuficiência veio dar origem à fundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cuja assinatura teve lugar em Washington, em 4 de Abril de 1949, como corolário de esforços desenvolvidos em ambos os lados do Atlântico, com especial saliência para Paul-Henri Spaak, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, e Harry Truman, Presidente dos Estados Unidos, que, assumindo uma nova doutrina, pôs termo ao isolacionismo a que a América se votara desde o fim da Primeira Guerra Mundial.

Em Dezembro de 1950, os países membros do Tratado de Bruxelas concordaram em transferir para a OTAN a responsabilidade da defesa da Europa Ocidental, mas mantiveram a sua competência em matéria cultural, económica e social, apesar da criação do Conselho da Europa em 1949.

Entretanto, um dos motivos determinantes do espírito do Tratado de Bruxelas — a ameaça alemã — passou a ser encarado sob óptica diversa, o que conduziu à Declaração de Washington, de 14 de Setembro de 1951, na qual os Ministros dos Negócios Estrangeiros da França, Grã-Bretanha e Estados Unidos expressaram o desejo de participação da Alemanha na defesa do Ocidente, através da Comunidade de Defesa Europeia, cuja criação, no âmbito da OTAN, foi proposta pela França e reiterada na reunião do Conselho do Atlântico Norte, realizada em Lisboa, em Fevereiro de 1952.

A Comunidade de Defesa Europeia, cujo Tratado foi assinado em 27 de Maio de 1952 pelos Governos da Bélgica, França, Itália, Holanda, Luxemburgo e República Federal da Alemanha, fora concebida como mais uma etapa da via para a constituição de uma Federação Europeia, tal como idealizada pelo Plano Schuman, de 1950. Em 30 de Agosto de 1954, porém, o Parlamento Francês recusou-se a ratificar a Comunidade de Defesa Europeia, para o que terá contribuído o facto de a Grã-Bretanha não haver aderido à organização, por força da sua política de sistemática recusa de integrar um federalismo europeu.

Não obstante o colapso prematuro da Comunidade de Defesa Europeia, não cessaram os esforços tendentes à organização da defesa do Ocidente

com a participação da República Federal da Alemanha. Na procura de uma solução alternativa, destacou-se o Ministro Britânico dos Negócios Estrangeiros, Sir Anthony Eden, que logrou a realização de uma conferência em Londres, de 28 de Setembro a 3 de Outubro de 1954, com a participação dos cinco países signatários do Tratado de Bruxelas, a que se juntaram o Canadá, a República Federal da Alemanha, a Itália e os Estados Unidos.

A conferência procurou a revisão e alargamento do Tratado de Bruxelas, de forma a incluir a Itália e a República Federal da Alemanha como novos membros, e tendo em vista a subsequente admissão deste último país na OTAN. Na sequência da Conferência de Londres, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países concernidos reuniram-se em Paris, de 20 a 23 de Outubro seguinte, para aprovação de uma série de Protocolos Adicionais ao Tratado de Bruxelas, preconizando, «inter alia», a inclusão da República Federal da Alemanha e da Itália como membros plenos; o termo do regime de ocupação da República Federal da Alemanha; o estabelecimento de uma mais estreita cooperação com a OTAN; a passagem do primitivo Conselho Consultivo a Conselho da União Europeia Ocidental, doravante investido de poderes deliberativos; a criação da Assembleia da União Europeia Ocidental; e a implantação, em Paris, da Agência para o Controlo de Armamentos, visando a observância da proibição imposta à República Federal da Alemanha, no tocante ao fabrico de armas atómicas, químicas ou biológicas, para além de outras constantes de uma lista pré-elaborada.

Todavia, a pedra angular do Tratado de Bruxelas, então modificado, foi o Artigo V, que define a UEO como uma aliança mais adstringente do que a própria OTAN, dado que pressupõe a mobilização das Forças Armadas de todos os países membros, no caso de um deles ser alvo de ataque.

O Conselho, que, conforme já referido, foi dotado de capacidade decisória, evoluiu no sentido de uma forma orgânica dupla: um Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, reunindo periodicamente, e um Conselho Permanente presidido pelo Secretário-Geral da UEO e integrado pelos Embaixadores dos países membros creditados em Londres e por um funcionário do «Foreign Office». O Conselho é responsável pela formulação da política basilar da UEO; pela emissão de directivas para o Secretário-Geral e para as várias agências e comités; pela manutenção

de uma estreita cooperação com a OTAN; e pela elaboração de um relatório, a ser apresentado à Assembleia, dando conta das suas actividades, mormente as referentes ao controle de armamentos. Daí que a já mencionada Agência para o Controle de Armamentos esteja sob a dependência directa do Conselho, o mesmo se verificando em relação ao Comité Permanente de Armamentos, igualmente localizado em Paris, e que tem a função de coordenar o fornecimento e padronização de material bélico às Forças Armadas das nações da UEO.

A Assembleia, que reúne duas vezes por ano, é constituída por 89 representantes dos países membros da UEO junto da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (18 franceses, 18 britânicos, 18 alemães, 18 italianos, 7 belgas, 7 holandeses e 3 luxemburgueses), ocupa-se, essencialmente, de questões de defesa e política externa, e exerce a sua capacidade de transmitir recomendações ao Conselho, aos parlamentos nacionais, aos Governos e às organizações internacionais. A Assembleia engloba várias Comissões Permanentes (Defesa e Armamentos; Assuntos Gerais; Questões Científicas; Assuntos Orçamentais e Administração; Normas de Procedimentos e Privilégios; e Relações com os Parlamentos) e tem o seu próprio Secretariado, baseado em Londres, chefiado por um Secretário-Geral coadjuvado por um Adjunto e um Assistente.

Importa referir, dentro deste contexto da revisão do Tratado de Bruxelas, que uma das condições impostas pelo Parlamento Francês para aprovação do rearmamento da Alemanha foi a solução do problema do Sarre.

Dadas as sucessivas negociações abortadas entre os Governos francês e alemão, a Assembleia Consultiva do Conselho da Europa empreendeu um estudo exaustivo do problema e elaborou um plano conciliatório que foi aceite por ambos os Governos e foi consubstanciado através do Acordo Franco-Germânico sobre o Sarre, concluído em 23 de Outubro de 1954, simultaneamente com os Acordos de Paris. O Acordo preconizava que fosse outorgado ao Sarre um Estatuto Europeu no quadro da União Europeia Ocidental. Um comissário Europeu, nomeado pelo Conselho da UEO e perante este responsável, passou a representar os interesses do Sarre em matéria de defesa e política externa, para além de supervisionar a observância do Estatuto e de submeter à apreciação do Conselho um relatório anual que, posteriormente, era por aquele órgão remetido à Assembleia. Esta situação, contudo, teve existência efémera, dada a reintegração do Sarre no território da República Federal da Alemanha, operada

entre Janeiro de 1957 e Julho de 1959, na sequência de um referendo efectuado em Outubro de 1955, que rejeitou o Estatuto vigente.

Os Acordos de Paris foram ratificados em 6 de Maio de 1955, acto esse que marca o início da existência «de facto» da União Europeia Ocidental.

2. REVITALIZAÇÃO DA UEO

Os mentores dos Acordos de Paris, ao revigorarem o Tratado de Bruxelas, pretenderam dotar a UEO dos meios adequados ao desenvolvimento da segurança europeia a uma escala suficientemente abrangente e, quiçá, susceptível de progressiva expansão.

Contudo, a UEO acabou por não revelar a necessária força vital para a prossecução dos objectivos delineados pelos seus promotores e limitou-se ao desempenho de tarefas inexpressivas e rotineiras, à sombra da OTAN, sob cuja responsabilidade — conforme já anteriormente referido — os países signatários do Tratado de Bruxelas haviam colocado, em 1950, todas as questões relacionadas com a manutenção e defesa da paz na Europa Ocidental. Em 1960, a UEO decidiu transferir as suas responsabilidades de cariz sociocultural para a esfera do Conselho da Europa. Do mesmo modo, em 1970, deixou à competência exclusiva da CEE o tratamento dos assuntos económicos.

Também no campo político a UEO desperdiçou a oportunidade de se impor como organização criadora de um espírito de convergência entre os seus membros. Com efeito, em 1963, após as fracassadas negociações para a entrada da Grã-Bretanha na Comunidade Económica Europeia, as nações da CEE propuseram àquele país a realização de reuniões trimestrais, sob a égide do Conselho da UEO, com vista a um intercâmbio de pareceres sobre os principais problemas políticos e económicos de interesse comum, a fim de promover a cooperação entre os Seis e a Grã-Bretanha. A proposta foi bem acolhida pelo Reino Unido e passaram a ter lugar reuniões regulares até à reabertura das negociações, em 1970, que conduziram à assinatura do Tratado de Adesão da Grã-Bretanha à CEE, em Janeiro de 1972.

Desde então, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da UEO praticamente desertaram do Conselho que, até 1984, jamais reuniu a tal nível. As reuniões do Conselho, de periodicidade mais redu-

zida, ficaram limitadas a consultas sobre assuntos políticos. A Assembleia da UEO, embora tenha continuado a reunir regularmente, ressentiu-se da falta de um Conselho de compleição plena e viu-se inibida de levar por diante os seus esforços de estabelecimento de um diálogo democrático sobre questões de segurança europeia.

Temos, por conseguinte, que, até à presente década, a UEO viveu mergulhada num sono letárgico, apenas interrompido, a espaços, por esporádicas acções de tangível sucesso: a solução da questão do Sarre, a inserção da Alemanha no sistema de segurança ocidental e a ligação essencial entre a Grã-Bretanha e os Seis da CEE.

1984 marca a início da revitalização da UEO, quando os respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, por ocasião da reunião de Roma, em Outubro desse ano, decidiram passar a reunir-se bianualmente, com o propósito de discutirem uma vasta gama de assuntos conotados com aspectos de defesa e segurança.

A iniciativa de revitalização da UEO obedeceu a um conjunto de factores, dentre os quais se destaca o desejo europeu de assumir uma maior proeminência no contexto da Aliança Atlântica e uma mais marcante influência na condução das relações Leste-Oeste.

É inquestionável que a França terá tido uma quota-parte leonina no esforço conjunto para manter viva a UEO, porquanto, já em 1973, o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Michel Jobert, dirigindo-se à Assembleia da UEO, propusera que esta se tornasse o palco válido para conversações sobre a defesa da Europa. Em 1981, Claude Cheysson, então sobraçando a pasta francesa dos Negócios Estrangeiros, declarou, numa entrevista, que, se a Europa pretendesse falar de segurança, a UEO teria de ser reavivada. Em 1983, o Primeiro-Ministro francês, Pierre Mauroy, exortou os Europeus a unirem-se numa política de produção comum de armamentos, sob a tutela da União Europeia Ocidental.

Por outro lado, a ânsia de revitalização manifestada pela França foi, em parte, fruto do seu temor de que se tornasse dominante, na República Federal da Alemanha, a tendência para uma neutralidade pacifista que começara a despontar nos primórdios da década de 80. Através da revitalização da UEO, os franceses auspiciavam um fortalecimento dos elos que prendiam a República Federal da Alemanha à OTAN e à Europa Ocidental, no campo da política de segurança. Por seu turno, a República Federal

da Alemanha apressou-se a ostentar uma vontade política de participação activa no seio da UEO, não só para obstar às críticas que lhe estavam sendo dirigidas pelos Estados Unidos, mas também — e principalmente — para que uma mais estreita coordenação de interesses, no âmbito da UEO, fosse susceptível de reduzir a uma menor dimensão o singular papel desempenhado pela França na Aliança Atlântica e no plano europeu.

A reunião ministerial da UEO, de Outubro de 1984, produziu a chamada Declaração de Roma, que constitui o documento de revitalização da União Europeia Ocidental, contendo directivas de ordem política e um conjunto de reformas institucionais.

Sob o ponto de vista político, a Declaração de Roma acentuou a importância dos seguintes pontos do Tratado de Bruxelas modificado:

- reforço da paz e da segurança;
- promoção de unidade e progressiva integração da Europa; e
- cooperação dos estados membros entre si e com outras organizações europeias.

O texto preconiza ainda que o Conselho — especialmente o Conselho de Ministros — discuta e concilie as suas visões sobre segurança europeia, tendo em linha de conta o seguinte:

- questões de defesa;
- desarmamento e controle de armamentos;
- efeito do desenvolvimento das relações Leste-Oeste sobre a segurança da Europa;
- contribuição da Europa para o fortalecimento da Aliança Atlântica; e
- desenvolvimento da cooperação em matéria de armamentos.

A Declaração concede também ao Conselho plena autoridade para se debruçar sobre as implicações que as crises noutras regiões do Globo podem causar à Europa.

O documento salienta ainda que a UEO é o único organismo parlamentar europeu, mandatado por tratado, para discutir questões de defesa.

No plano das reformas institucionais, a Declaração de Roma propugna o seguinte:

- reactivação do Conselho, a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, com presidência anualmente rotativa;

- intensificação das relações entre o Conselho e a Assembleia;
- disponibilidade das instituições da UEO, particularmente a Agência para o Controle de Armamentos e a Comissão Permanente de Armamentos, para desenvolverem acções futuras;
- criação de três novas agências: uma para o estudo de questões sobre desarmamento e controle de armamentos, outra para questões de defesa e segurança, e uma terceira para o desenvolvimento e cooperação no campo dos armamentos.

Estas novas agências, instaladas em Paris, ficaram na dependência directa do Secretário-Geral, por cujo intermédio recebem instruções e submetem os seus estudos ao Conselho. Em 1987, porém, foi anunciada a fusão destas três agências numa só, mas o Conselho não deu ainda execução a tal projecto unificador.

Como aspecto saliente da Declaração de Roma ressalta o facto de o Secretário-Geral haver ganho uma nova autoridade, na razão directa das suas iniciativas junto da imprensa e da opinião pública, das suas alocuções à Assembleia e das suas diligências em países não membros da UEO. Também a Presidência em exercício passou a abarcar maior número de tarefas, incluindo os assuntos administrativos e as relações com a Assembleia, o que veio dar azo ao fomento de relações informais entre o Conselho e a Assembleia.

A importância da revitalização da UEO foi reafirmada em Abril de 1985, em Bonn, na reunião do Conselho que se seguiu à Declaração de Roma.

Mais tarde, em Outubro de 1987, na reunião de Haia, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa dos Países da UEO publicaram a Plataforma sobre interesses de Segurança Europeia, na qual expressaram a sua convicção de que a construção de uma Europa integrada permanecerá incompleta enquanto não incluir a segurança e a defesa. A Plataforma de Haia reitera a tese, sempre sustentada «ab initio» pela UEO, de que a segurança da Aliança Atlântica é indivisível, pelo que a segurança dos países da Europa Ocidental só poderá ser montada em estreita conexão com os aliados norte-americanos. O documento define ainda os critérios para a segurança europeia, concluindo que, no plano convencional, as Forças Armadas dos países da UEO representam parte essencial da Aliança Atlântica, enquanto, no cômputo geral das forças nucleares, são vitais

para a segurança da Europa os protocolos de cooperação que muitos países membros mantêm com os Estados Unidos, sem esquecer o contributo das forças nucleares independentes da França e da Grã-Bretanha para a segurança e dissuasão gerais. Na parte final da Plataforma, os Sete definem as suas responsabilidades nos capítulos da defesa do Ocidente, do desarmamento e controle de armamentos, e do diálogo e cooperação Leste-Oeste.

A Plataforma de Haia, constituindo-se como a «magna carta» da segurança europeia, pretende elevar a UEO à condição de pilar europeu da Aliança, o que, todavia, carece de consumação prática e de reconhecimento tácito, dado o facto de a UEO não ser uma organização totalista, nem sequer maioritária, à escala dos países alinháveis da Europa Ocidental, a que acresce a circunstância de existirem outras organizações europeias que com a UEO concorrem na prossecução dos mesmos fins.

3. A UEO NO QUADRO MULTILATERAL DA SEGURANÇA OCIDENTAL EUROPEIA

Tendo sido a primeira organização europeia de defesa e segurança nascida do pós-guerra, a UEO tem assistido à gradual criação de organizações paralelas, conquanto assimétricas, filhas de decisões políticas condicionadas pelas várias vicissitudes por que tem passado a vida europeia sucedente ao segundo conflito mundial.

A Cooperação Política Europeia (EPC) será a organização em que é menos perceptível a linha de demarcação que a separa da UEO, no tocante às áreas de discussão e à matéria versada.

Estabelecida em 1970, a EPC é o «forum» onde os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia têm procedido à discussão de questões políticas quentes (Médio Oriente, Afeganistão, Falkland, etc.). A UEO, por seu turno, está investida de autoridade para se ocupar de operações fora da zona geográfica europeia, sendo-lhe atribuída a coordenação do envio de draga-minas para o Golfo Pérsico, embora se deva considerar tal acção como um conjunto de iniciativas individuais dos países, uma vez que a UEO não tem uma estrutura militar integrada.

Existe, portanto, uma duplicação, por parte de ambas as organizações, relativamente a assuntos de política externa e de segurança. A aparente vantagem da UEO sobre a EPC reside na sua maior capacidade de obtenção

de consenso, já que, na EPC, tal é mais difícil de conseguir, face às posições frequentemente dissonantes assumidas por alguns países membros, nomeadamente a Grécia, a Dinamarca e a Irlanda. Aliás, a acumulação de fracassos por parte da EPC, de que é flagrante exemplo a sua tardia reacção à invasão do Afeganistão pela União Soviética, terá estado na origem do impulso dado para a reactivação da UEO.

Outra organização em que se verifica certa duplicação de funções com a UEO é o EUROGRUPO, fundado em 1968 por proposta do então Secretário de Estado da Defesa Britânico, Denis Healy, na sequência da invasão da Checoslováquia pelas tropas soviéticas.

O EUROGRUPO, que é um órgão intestino da OTAN, constitui o «forum» para reuniões dos Ministros da Defesa dos países europeus da Aliança Atlântica que participam na estrutura militar integrada, pelo que não inclui a França nem a Islândia. Sendo um órgão de coordenação da comparticipação dos seus membros numa defesa comum efectiva e coesa, a ausência da França — parceiro europeu de notável envergadura e eminente produtor de armamentos — tem sido uma permanente lacuna de tomo. Neste particular, poderá intuir-se que a UEO detém a significativa vantagem de contar a França entre os seus membros; porém, em contrapartida, é-lhe apontado o inconveniente de não incluir todos os membros europeus da OTAN, o que tem dificultado e, não raro, obstado à elaboração de programas comuns.

Entretanto, os países membros do EUROGRUPO, embora não tenham sido bem sucedidos na sua tentativa de convencerem a França a juntar-se-lhes, não desistiram dos seus intentos de envolverem aquele país mais intimamente na cooperação da defesa da Europa. Assim, em fins de 1975, a França aceitou uma proposta dos países do EUROGRUPO, visando a criação de uma organização, independente da OTAN e de todos os núcleos multilaterais europeus, para um trabalho de cooperação em matéria de armamentos à escala europeia.

Tal foi a origem do Grupo Europeu Independente de Programas (IEPG), criado em Fevereiro de 1976, e que passou a ser a organização europeia mais abrangente, pois inclui todos os países europeus da NATO, à excepção da Islândia.

Também aqui é notória a interpenetração de objectivos e funções relativamente à UEO, pois esta, tal como o IEPG, ocupa-se, através da sua agência específica, da produção e cooperação na área dos armamentos.

Constata-se, por conseguinte, que é manifesta a invasão recíproca de domínios por parte da UEO e das três organizações ora mencionadas. Relativamente à EPC, a sobreposição de tarefas é flagrante na esfera da política de defesa e segurança, sem que se possa detectar qualquer predomínio de uma organização sobre a outra.

No respeitante ao EUROGRUPO e ao IEPG, é nítido o paralelismo de objectivos no campo da cooperação sobre armamentos.

Na Declaração de Roma, os Ministros tentaram estabelecer uma divisão de tarefas, numa tentativa de porem termo a uma tal mutualidade funcional das três organizações. A função então atribuída à UEO foi a de emprestar substância política à cooperação no sector de armamentos, pelo que, em teoria, caberia ao EUROGRUPO e ao IEPG a implementação prática dos projectos. No entanto, esta divisão cedo se revelou infrutífera, já que estas duas organizações, reunindo a nível de Ministros da Defesa, não podem deixar de extravasar uma certa tendência para darem um cunho político às suas decisões.

À guisa de conclusão, poder-se-á inferir que a UEO, estando imersa num complexo processo europeu de carácter decisório, não tem logrado adquirir uma nítida identidade europeia e, em relação às outras organizações afins, nem sequer tem conseguido alcandorar-se a uma posição de «primus inter pares».

Tal insuficiência de cariz fenomenológico-existencial dever-se-á, essencialmente, ao número diminuto de países membros que integram a UEO. Com efeito, esta não poderá nunca assumir-se como pilar europeu da Aliança se não englobar o maior número possível de países da OTAN. Um primeiro passo neste sentido parece, porém, já ter sido dado em 1986, quando o Comité Presidencial da UEO decidiu formular um convite permanente a dois observadores parlamentares de todos os países da OTAN para assistirem às sessões da Assembleia.

Outro factor inibitivo será a inexistência de uma sede própria que possa conduzir a uma consolidação estrutural da UEO. Como se sabe, alguns Governos de países membros propuseram a colocação da sede em Bruxelas, com vista a associarem a UEO mais intimamente com a OTAN, tendo essencialmente em mente que os Representantes Permanentes dos países membros junto da OTAN viessem a integrar o Conselho Permanente da UEO. Todavia, tal proposta foi rejeitada pela França que, na

sua qualidade de país retirado da estrutura militar integrada da OTAN, se recusou a uma situação em que a UEO pudesse estar demasiado embrenhada na Aliança Atlântica.

A questão mantém-se, assim, numa situação de impasse, sem que se vislumbre uma possibilidade de consenso nos termos mais próximos, o que não deixará de acarretar, inevitavelmente, consequências negativas para o próprio futuro da UEO.

4. *PERSPECTIVAS DE ALARGAMENTO E A RECENTE ADESÃO DE PORTUGAL*

A Plataforma de Haia preconizou como «leitmotiv» da reactivação da UEO a constituição de um pilar europeu da Aliança Atlântica. Nesta conformidade, e à semelhança do que alguns sustentam, parece, à primeira vista, oferecer-se-nos como dedução lógica o alargamento da UEO, de forma a incluir todos os países europeus membros da OTAN. Todavia, a questão reveste-se de indissimulável complexidade, devendo ser tidos em linha de conta determinados factores que obstam à consecução, no tempo presente, de tamanha visão quimérica que, mesmo por um prisma optimista, apenas poderá constituir um objectivo a longo prazo.

Com efeito, importa considerar dois elementos fundamentais de inalienável observância por parte de todo o estado membro da UEO: o Artigo V do Tratado de Bruxelas modificado pelos Acordos de Paris, o qual representa um compromisso de socorro mútuo, no plano militar e logístico; e a Plataforma de Haia, que emerge como tábua de mandamentos em matéria de defesa e segurança.

Dentro desta ordem de ideias, será impensável um alargamento da UEO englobando a Grécia e a Turquia, que mantêm uma relação política litigante e entre si terçaram armas num passado ainda recente. Por outro lado, a atitude política recentemente adoptada pela Dinamarca quanto ao trânsito de navios aliados pelas suas águas territoriais, transportando armas nucleares, é flagrantemente contrária ao espírito da Plataforma de Haia. Tal problemática não se põe relativamente à Noruega, cujo procedimento político se enquadra inteiramente no texto consagrado em Haia; no entanto, uma eventual candidatura deste país nórdico iria levantar a questão da obrigatoriedade de ser membro da Comunidade Europeia, o que, como é sabido, constitui um dos requisitos prévios para a adesão à UEO.

No que respeita à Espanha, que apresentou o seu pedido de adesão em 1986 e foi alvo de convite, juntamente com Portugal, por parte do Conselho de Ministros da UEO, em 19 de Abril de 1988, foram vencidas as barreiras que obstavam à sua entrada na organização, as quais radicavam numa atitude falha de clareza explanatória, por parte daquele país ibérico, face ao estipulado no Artigo V do Tratado de Bruxelas e em relação aos aspectos da Plataforma de Haia que se prendem com a dissuasão e a defesa dos aliados com fronteiras confinantes.

Portugal, que viu coroada de justíssimo sucesso a sua pretensão a membro da UEO, mediante a concretização da sua adesão, em 14 de Novembro de 1988, em Londres (no que foi acompanhado pela Espanha), era, incontestavelmente, o país que reunia o mais amplo somatório de condições tidas por necessárias para se tornar um país membro da UEO.

Tendo formalizado a sua candidatura em Outubro de 1984, no raiar da Declaração de Roma prenunciadora da revitalização, Portugal foi, desde então, alvo de incessante apoio por parte da Assembleia da UEO, que logo se traduziu pela admissão de uma Delegação Portuguesa aos trabalhos daquele órgão, a que se seguiu a deslocação ao nosso país, em 22 e 23 de Fevereiro de 1988, do Comité Presidencial da UEO, que sustentou encontros com membros do Governo e da Assembleia da República, de que resultou um reconhecimento pleno da legitimidade da pretensão portuguesa.

No plano das realizações concretas, poder-se-á considerar — a avaliar pelo teor do memorando do documento 1138 da Assembleia da UEO — que a acção saliente que actuou como argumento decisivo em prol da admissão de Portugal foi a política de defesa adoptada pelo nosso país nos últimos dez anos, consubstanciada na transformação estrutural operada no seio das Forças Armadas que, outrora preparadas para acções de guerra colonial, foram alvo de notável modernização que lhes conferiu um elevado grau de aptidão, em termos de defesa da Europa e do Atlântico Norte, de que constitui expoente singular a criação de uma Brigada Mista Independente para estacionamento e intervenção no Norte de Itália, em caso de crise emergente.

Efectivamente, na sua qualidade de fundador da OTAN e de membro da Comunidade Europeia, Portugal oferece todas as garantias como país solidário com os outros parceiros da Aliança Atlântica face a uma ameaça comum e como Nação empenhada na construção da Europa.

Uma tal bivalência euro-atlântica qualifica o nosso país, por excelência, para integrar a União Europeia Ocidental, não só como corolário da sua capacidade de atinência total aos princípios consignados no Tratado de Bruxelas, mas também por força da sua absoluta identificação com os postulados de defesa e segurança contidos na Plataforma de Haia.

José Manuel da Costa Arsénio

Diplomata

Conselheiro de Estudos no Colégio de Defesa da OTAN